



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO Nº __, DE 2021

(Dos Srs. Padre João e Rogério Correia)

Solicita realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater o teor da denúncia realizada por entidades mineradoras para a CIDH, e os seus impactos.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de audiência pública para debater o teor da Denúncia realizada por entidades mineradoras para a CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Para a audiência, solicitamos que sejam convidados representantes:

- 1) Movimento Pela Soberania Popular na Mineração – MAM;
- 2) Sindicato Metabase Inconfidentes;
- 3) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI;
- 4) Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT/MG;
- 5) Empresa Vale S/A;
- 6) Ministério de Minas e Energia – MME.

JUSTIFICAÇÃO

É de extrema necessidade a realização de uma audiência pública para debater o conteúdo da denúncia realizada, em maio de 2020, perante a Comissão Internacional de Direitos Humanos sobre as violações cometidas contra as trabalhadoras e trabalhadores de empresas mineradoras pelo Estado Brasileiro. Isso ocorre em razão da continuidade da operação das mineradoras ante o avanço das contaminações por COVID-19 no Brasil.

A continuidade de trabalhos na área minerária ante o cenário de pandemia no Brasil e no mundo, geram uma preocupação pela





Câmara dos Deputados

insalubridade do setor. Sendo ainda necessário debater a classificação indevida que foi dada à mineração, como sendo atividade essencial declarada pelo Governo Federal no Decreto nº 10.282/2020. Esta classificação atenta contra a vida, dignidade, saúde e trabalho seguro por parte daqueles que exercem suas atividades laborais no setor da mineração.

Na denúncia realizada, destaca-se a condição de vulnerabilidade dos trabalhadores da mineração, que desenvolvem suas atividades em cidades do interior do Brasil, que comumente apresentam muitas dificuldades com o acesso ao sistema de saúde.

Além disso, a especificidade da atividade de mineração, que gera nos seus trabalhadores problemas respiratórios, desde rinite alérgica até silicose, o que coloca essas pessoas no grupo de risco a COVID-19, e diante desse cenário precisam de atenção e cuidado especial de proteção contra a doença.

A denúncia também trata da realidade brasileira e a exploração da atividade minerária, lembrando que foi neste ramo de atividade que aconteceu o maior acidente de trabalho da história brasileira, o desastroso rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, empreendimento operado pela Vale S.A. em Brumadinho, onde faleceram 272 (duzentos e setenta e duas pessoas).

Outro aspecto relevante que merece atenção é que o Brasil, até o momento do protocolo da denúncia, não possuía sequer condições técnicas para mapeamento do impacto da pandemia no que diz respeito ao setor de extração mineral.

Por fim, informamos que a denúncia protocolada em maio de 2020 foi recebida e aceita pela CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e foi determinado um prazo de 90 (noventa dias), a partir de 21/04/2021 para que o governo brasileiro responda a denúncia, o que torna ainda mais relevante o debate sobre todo o seu conteúdo, de maneira ampla e capaz de garantir o cumprimento da legislação que protege os direitos e garantias fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Constata-se, com isso, que a continuidade do trabalho na atividade minerária poderá ser causadora da violação de inúmeras garantias e direitos humanos no Brasil. Nesse sentido, é imperativa a manifestação e diligência desta Comissão ante as violações de direitos humanos que o Brasil está sendo acusado.

Face ao exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação deste Requerimento.





Câmara dos Deputados

Por essas razões, apresento o presente requerimento.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 2021.

Deputado PADRE JOÃO
PT/MG

Deputado ROGÉRIO CORREIA
PT/MG

Apresentação: 10/05/2021 16:57 - CDHM

REQ n.62/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Padre João e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211607408700>



CD211607408700



Requerimento **(Do Sr. Padre João)**

Solicita realização de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater o teor da denúncia realizada por entidades mineradoras para a CIDH, e os seus impactos.

Assinaram eletronicamente o documento CD211607408700, nesta ordem:

- 1 Dep. Padre João (PT/MG)
- 2 Dep. Rogério Correia (PT/MG)

